

| |
|--|
| Memória da Comissão: Vigilância em Saúde |
| Data: 30.10.2015 |
| Coordenador (a) da comissão: Custódio Rodrigues do Amaral |
| Relator (a) da comissão: Tereza Maria Pauliqui Peluso |
| Relação de presentes: <ol style="list-style-type: none"> 1) Antonio Barrichelo – MOPS 2) Amaury Cesar Alexandrino - DEFIPAR 3) Antonio Dias Lobato - SINDNAP 4) Custódio Rodrigues do Amaral UGT 5) Hermes de Souza Barboza – UEM/HUM 6) Ivana Lucia Belmonte - SESA 7) José Carlos Leite - SINDPREVS 8) Manoel Rodrigues do Amaral –Sindicato Aposentados e Pensionistas 9) Maurício Portella – CRF-PR Moisés M. Nicoletto – Assessor 18^a. RS 10) Santo Batista de Quino - SINDNAP 11) Maria Lucia Gomes - ASSEMPA 12) Olga Estefania Duarte Gomes Pereira - SESA/DVDNT 13) Maria Francisca T. C. Scherner - SESA/DVDNT 14) Mauro F. Kurten Ihlenfeld - PMPR / HPM 15) Tereza Maria Pauliqui Peluso – UEM?HUM 16) Luiz Americo Delphim - Sindipetro PR 17) Janete do Rocio Padilha – Sindsaúde 18) Erica Ana Hobold – Pastoral da Criança |
| Justificativas de ausências: <ol style="list-style-type: none"> 1) Antonio Pitol - Pastoral da Saúde. 2) Natal Batista - CMP 3) Nelson Mayrink Giansante - CRM |
| Pautas: <ul style="list-style-type: none"> - Informes Gerais: Não houve. - Apresentação da pesquisa realizada na 11^a Conferência Estadual de Saúde; transferida para o mês de novembro. - Situação da Vigilância em Saúde em relação aos serviços de estética oferecidos à população paranaense; - Destino adequado dos medicamentos vencidos; - Avaliação do alcance das Metas dos Indicadores e das Ações Realizadas previstas no Plano Estadual de Saúde 2012-2015; - Plano Estadual de Saúde 2016-2019. |
| Discussões: <ol style="list-style-type: none"> 1. Informes Gerais: Não houve. 2. Situação da Vigilância em Saúde em relação aos serviços de |

estética oferecidos à população paranaense:

Anna Maria Perito Manzochi, representante da SESA apresentou a preocupação da vigilância em relação as ações relacionadas a Estética. Técnicas e procedimentos estão sendo utilizados por pessoas não habilitadas causando danos para a saúde da população. A legislação existente ainda é muito vaga e responsabilidade técnica compete aos conselhos regionais das categorias profissionais. A inspeção está sendo realizada, porém é necessário a normatização. Em 2016 o Estado fará uma normatização para facilitar a fiscalização, acompanhamento, monitoramento.

Conselheira Elaine colocou a preocupação com a falta de cumprimento da normativa, onde já existe, como no caso dos salões - manicure...- que não tem mínimas condições de esterelização dos materiais. Isso demonstra que as equipes da vigilância dos municípios estão desestruturadas.

Sr. Barrichelo manifestou-se dizendo que para o funcionamento desses espaços é necessário alvará de licença, inclusive comparecer da vigilância, Paulo informou que foram confeccionados cartazes para enviar aos municípios para colocar em todos os salões de beleza com informações para os clientes.

Malu enfatizou a necessidade do Conselho Municipal de Saúde cobrar essas questões da Vigilância municipal.

3. Destino dos medicamentos vencidos:

Paulo Santana – vigilância SESA - apresentou sobre o destino dos medicamentos vencidos - legislação existente, ações realizadas pela Vigilância da SESA e as dificuldades encontradas junto à rede de farmácias e indústrias. Enfocou a falta de fiscalização por parte do IAP junto às indústrias, que são que produzem a maior parte dos resíduos. De acordo com a lei 17\2011 é atribuição da vigilância da SESA a fiscalização nas farmácias, hospitais e clínicas e do IAP - secretaria de Meio Ambiente - nas indústrias. A SESA propôs a fiscalização conjunta com IAP, mas as indústrias não aderiram e o IAP não faz a inspeção. As farmácias não recebem mais os medicamentos porque as indústrias não recolhem, ou seja, não fazem a sua parte. O IAP alega que as empresas não são de âmbito estadual e por esta razão não têm competência para fiscalizar, A VISA/SESA entende que se as indústrias produzem no território do Paraná deve sim, ser objeto de fiscalização dos órgãos fiscalizadores do Estado. Decreto 9213 Artigo 13.

A lei não está sendo aplicada por falta de fiscalização. Houve um boicote claro das indústrias em ações propostas pelo Estado. É necessário o Estado fiscalizar e tomar as providências necessárias para fazer cumprir a legislação.

4. Avaliação do alcance das Metas dos Indicadores e das Ações Realizadas previstas no Plano Estadual de Saúde 2012-2015;

Transferido para próxima reunião, a pedido da SESA.

5. Plano Estadual de Saúde 2016 -2019

SESA – método de trabalho, resoluções da Conferência Estadual e reunião dos setores. Propõe composição do CES por meio das comissões do CES para elaboração do plano. Não pode apresentar porque estão em processo de construção.

Estão em fase de finalização das informações epidemiológicas para diagnóstico de situação de saúde para a partir daí elaborar as propostas do Plano Estadual de Saúde

Encaminhamentos/providências para a secretaria executiva:

| | |
|--|---|
| | <p>1. Para agenda de 2016 : Realização de um Seminário envolvendo o Ministério Público do Meio Ambiente, SESA, a Secretaria Estadual Meio Ambiente e as Indústrias para discutir as questões relativas ao destino dos medicamentos vencidos.</p> <p>2. Termo de Ajuste de Conduta – TAC Solicitar que Ministério Público do Meio Ambiente, Ministério Público da Saúde e à SEMA faça a convocação da indústria farmacêutica para TAC sobre o assunto.</p> |
| <p>Solicitação de pautas para a próxima reunião:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Apresentação da pesquisa realizada na conferencia estadual de Saude2. Avaliação do alcance das Metas dos Indicadores e das Ações Realizadas previstas no Plano Estadual de Saúde 2012-2015;3. Plano Estadual de Saúde 2016-2019 – apresentação de dados epidemiológico | |